

A REVOLUÇÃO NACIONAL ISEBIANA – H. JAGUARIBE E N. W. SODRÉ*

Virgilio Roma de Oliveira Filho**

As idéias do “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” (Bielschowsky, 1988) podem ser revisitadas com um enfoque referenciado pelo conceito de *modernização conservadora*, como sugerem alguns autores da História Comparada.¹ Este exercício, além de possibilitar uma reavaliação do chamado dualismo desses “clássicos” brasileiros (isebianos), também permitirá revelar pontos pouco realçados de suas teorizações sobre nossa modernização. Acredito que elas contenham interessantes contribuições para o entendimento da realidade brasileira da época e que, de certo modo, permanecem, ainda hoje, instigantes.

O pensamento isebiano

Apoiando-me nos estudos de modernização conservadora de Barrington Moore, de Lênin e, especialmente, de *revolução passiva* de Gramsci, intento revisar os pensamentos de Jaguaribe e Sodré e, em certa medida, do próprio ISEB². Com base nas obras destes dois autores, creio poder afirmar que seus projetos de “revolução nacional” expressam um modelo de revolução burguesa não-clássica, periférica e anticolonial. Senão vejamos: Jaguaribe, como veremos detalhadamente depois, concede à *intelligentsia* e ao Estado papel hegemônico na modernização, ao lado da burguesia

* O presente artigo é uma versão modificada do capítulo 5 de minha tese de doutorado: *Revolução e Dualidade no pensamento isebiano: As visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro, CPDA, UFRRJ, 1999.

** Professor da UFRRJ.

Estudos de Sociologia

nacional; por sua vez, Sodré enfatiza a liderança de uma vanguarda sobre as massas populares que formam, ao lado da burguesia, uma frente de cunho nacionalista e democrático para realizar a revolução como etapa necessária ao socialismo. Ademais, o fator primordial da revolução nacional reside, nos dois autores, no poder mobilizador da ideologia nacionalista e não no papel ativo de uma classe burguesa.

Como eixo central de argumentação, aponto o pensamento isebiano como uma espécie de outra face - menos “economicista” - do pensamento desenvolvimentista. Este viés de leitura serve, sem dúvida, para requalificar vários entendimentos existentes na bibliografia sobre o pensamento social brasileiro dos anos 50. Parto da pressuposição de que o ISEB “completa” o pensamento cepalino, posto que privilegia a dimensão sociopolítica e cultural do desenvolvimento, criando juntamente com a CEPAL a economia política do desenvolvimentismo.

Para os isebianos na “revolução nacional” o papel da ideologia, dos ideólogos e da mobilização das massas populares era de fundamental importância. Na verdade, o conceito de revolução nacional é o eixo estruturador do pensamento isebiano - conceito que, desde já vale ressaltar, envolve uma ampla diversidade de enfoques e leva a uma rediscussão do tema da dualidade, na medida em que os isebianos partiam de suas visões dualistas para conceber aquela revolução como forma de remover os obstáculos ao desenvolvimento e superar o atraso brasileiro.

Além de dialogar com o pensamento cepalino e com a teoria do subdesenvolvimento, os isebianos faziam uma espécie de contraponto com os marxistas. Nesse exercício, ao mesmo tempo em que se apropriavam de algumas categorias marxistas, eles construíam uma argumentação rica e original, como procurarei demonstrar.

Vieira Pinto (1959), por exemplo, era um desses interlocutores do marxismo. Ele dava mostras de conhecer e se orientar pela teoria do Partido de Lênin, segundo a qual “não haveria

Virgilio Roma de Oliveira Filho

revolução sem teoria revolucionária”, mas, apesar disso, seguia uma linha reformista, propondo uma revolução pacífica, com apoio das massas, mas sem alteração do modo de produção capitalista. Vieira Pinto deixava claro que as massas sofriam dois tipos de exploração: a de classes e a do imperialismo. Salientava, porém, que a primeira seria resolvida *a posteriori*. Cabia naquele momento, segundo ele, uma revolução que marcasse a passagem do subdesenvolvimento para o pleno desenvolvimento. Nas suas palavras, “uma revolução possível” (Vieira Pinto, 1960).

A discussão do marxismo daqueles anos sobre as contradições principais e secundárias ganha de Hélio Jaguaribe e outros isebianos um tratamento *sui generis*. Segundo Jaguaribe, havia no Brasil um conflito básico de classes - entre as classes do setor moderno e as do atrasado. Na visão dos isebianos a resolução da luta de classes no âmbito da relação capital-trabalho, tal como concebida pelo marxismo, seria adiada para um segundo momento histórico.

Minha argumentação é a de que os isebianos, ainda que colocando como proposta uma revolução nacional anticolonial que mobilizasse toda a sociedade em prol do desenvolvimento, não se orientavam pelo encaminhamento de uma revolução burguesa clássica. Jaguaribe propõe um Estado *neobismarckiano* com forte intervenção estatal, num modelo mais próximo ao de *modernização pelo alto* de que fala Barrington Moore. Sodré, como observado por Raimundo Santos (1996), teria percebido uma rota prussiana de desenvolvimento da modernização seguida pelo Brasil a partir dos anos 30.

Este trabalho, deste modo, se defrontará com três entendimentos problemáticos a respeito do chamado pensamento nacional-desenvolvimentista dos anos 50. O primeiro, o de que a burguesia nacional fora erigida pelos isebianos como única classe libertadora, ponto de vista defendido por alguns intelectuais vinculados à USP. O segundo, de que outro erro desses intelectuais isebianos seria o seu dualismo, tal como aponta Francisco de Oliveira, quando atribui aos autores dos anos 50 a visão estanque

Estudos de Sociologia

de um setor atrasado sem comunicação com o setor moderno (Oliveira, 1976). O terceiro é apontado por Caio Navarro Toledo (1977) que apreende o ISEB como um “Aparelho ideológico de Estado”. Com respeito ao primeiro argumento, tentarei mostrar que os autores aqui enfocados acreditavam num amplo leque de alianças sociais, que tais perspectivas simplificam, e que os processos são mais complexos do que aparentam. Quanto ao último, acredito ser mais correto pensar no ISEB como um grupo social que operaria como uma *intelligentsia*, já que desejava “pensar o desenvolvimento, enquanto J.K. o poria em Marcha”.

Quanto ao segundo, será necessário também aprofundar o foco no modo pelo qual os isebianos entendiam a dualidade a partir de uma dialética que imbricava o velho e o novo na formação social brasileira. Isso pode ser ilustrado por Sodré em sua obra básica - *Formação Histórica do Brasil* (1962) - na sua compreensão dos anos pós-30, quando o autor aponta a existência de um amplo espectro de poder que aliava velhos e novos grupos sociais, dentro de um processo de modernização feito pelo Estado, em outro trecho do seu livro chamado por Sodré de modernização ao “modo prussiano” (Sodré, 1962: 357). Essa coexistência de formações sociais modernas com outras mais antigas e extemporâneas, ainda presentes nos anos 50, constituía, no conceito de Pinder, a “contemporaneidade do não-coetâneo”, uma marca da visão dos isebianos.

Mobilizando o conceito da dualidade brasileira, os dois autores desvendam as causas do atraso e de sua permanência no Brasil contemporâneo. Assim é que em Jaguaribe o atraso se configura num perfil de Estado ineficiente e pouco funcional que convive com classes detentoras de um comportamento mental, político e social “mercantil”, vale dizer, destituído de qualquer lógica capitalista. Por outro lado, a dualidade serve a Sodré para localizar uma questão agrária que é um dos obstáculos - junto com a influência nociva do capital estrangeiro - ao desenvolvimento das forças produtivas do país.

Virgilio Roma de Oliveira Filho

O Estado cartorial como origem do atraso

O atraso brasileiro residia, segundo Jaguaribe, na estrutura faseológica brasileira. No método faseológico, de largo uso no ISEB, haveria que situar uma fase colonial, uma semicolonial e uma fase do desenvolvimento nacional - esta última entendida como processo de revolução, na medida em que liquida o estatuto colonial. A fase colonial caracterizava-se por uma exogenia que orientava a economia para uma posição de dependência do exterior. Na fase semicolonial se haviam instaurado o parasitismo das classes sociais e a política clientelística. E ainda nessa fase se organizara o Estado cartorial, um Estado de suporte aos interesses das classes agrárias hegemônicas.

Nossa estrutura apresentava-se singularizada pela manutenção, ainda nos anos 50, de fases pregressas, de natureza colonial ou semicolonial. Manter-se-iam assim vários problemas, tais como a alienação cultural, o parasitismo social, o clientelismo e, mais grave, um Estado disfuncional e clientelístico-empregador. Dito de outro modo, percebe-se que há uma seriação de etapas na qual remanescentes atrasados se imiscuem na fase presente, sendo nossa estrutura faseológica determinada pela permanência de uma “economia de exploração”.

A estrutura faseológica brasileira, cuja análise Jaguaribe enriquece com o conceito de estrutura-tipo, criava uma gama de problemas e insuficiências de país subdesenvolvido. A estrutura-tipo econômica, determinante dos eixos da sociedade, apresentava em sua essência as deficiências de uma estrutura material calcada na exportação de poucos produtos primários, característica de uma economia de exploração. Até os anos 30, as elites agroexportadoras se mantinham dominantes e impunham uma cultura alienada que ele, como Florestan (1975), chama de transplantada, sustentando um Estado cartorial que lhes interessava. A dominação das estruturas de poder pelos setores agrários se expressava numa política de clientela e num Estado ineficiente, chamado de

Estudos de Sociologia

cartorialista. Tal Estado teria sido funcional na fase agroexportadora mas, a partir de 30, passa a entravar o desenvolvimento nacional.

Em relação às classes, Jaguaribe vê uma polaridade entre setores modernos e atrasados, de acordo com sua função no desenvolvimento. Não existe um conflito entre as classes produtivas, mas sim antagonismos inter e intraclasses sociais. Vale dizer: há conflitos na classe dominante entre a burguesia industrial e o latifúndio; entre frações atrasadas da burguesia e seus setores modernos; entre um bloco moderno - que compreende a burguesia industrial, o proletariado e a classe média de administradores e técnicos que emergem com a industrialização – e um bloco atrasado, capitaneado pelo latifúndio e que inclui um proletariado pouco produtivo, já que tutelado por sindicatos e leis protecionistas, além de um setor médio parasitário do Estado. O sistema clientelístico dá origem a um parasitismo social que se estende a todas as classes sociais, implicando manutenção de privilégios, formações fechadas de classe, não-circulação das elites e falta de um movimento social apoiado em ideologia e ação programáticas. Tudo isso contribui para reforçar formas sociais e políticas atrasadas, incompatíveis com a nova fase do desenvolvimento. Assim, no projeto de Jaguaribe, as contradições fundamentais de classe, propriamente capitalistas, são colocadas para um segundo plano.

O poder da classe dominante do latifúndio mercantil impunha uma política de clientela e de favor em volta da fazenda. Tal política se assentava de forma cabal na República descentralizada da fase semicolonial, generalizando-se depois para o próprio Estado, já que este permaneceu sob controle daquela classe até os anos 50, muito além, portanto, da fase semicolonial. Essa política de favor e empreguismo define um Estado subdesenvolvido sob o controle das oligarquias, “despreparado” para as demandas industriais, ao qual Jaguaribe chama de Estado cartorial e que, inclusive, solda o interesse das classes médias e das classes dominantes agrárias.

Jaguaribe distingue na burguesia brasileira um setor que teria sido afetado pelo colonialismo, vindo a transformar-se numa classe de latifundiários e comerciantes. Essa parcela da burguesia passou

Virgilio Roma de Oliveira Filho

a orientar seus investimentos de forma irracional, voltando-os para atividades especulativas de natureza comercial, com efeitos danosos sobre a acumulação e o nível de vida das massas. A burguesia se apresenta subordinada, submissa e dependente ao capital americano, diz o autor na sua fase ibespiana³

Quanto à classe média, Jaguaribe faz considerações sobre os dois momentos em que ela tem importância: no começo da República Velha e nos anos 30. Nesses dois momentos de reversão da estrutura de poder vigente ela, que fora usada como aliada pelas classes dominantes, é logo afastada pelas elites agrárias que retomam sua hegemonia. Em decorrência do avanço da urbanização e da industrialização os setores médios se fazem mais presentes, reclamando benesses do sistema. A forma que a classe dominante agrária encontra para contemplá-la é o emprego no setor público, já que a máquina pública está de novo sob seu controle. Forma-se, assim, um grupo social parasitário cuja atividade não encontra correlação com a produção nacional, acarretando um Estado disfuncionalizado, improdutivo, atrasado e cartorial, segundo Jaguaribe.

Do lado das classes trabalhadoras, que Jaguaribe identifica com o proletariado e com os camponeses, o quadro de atraso é flagrante. As fracas bases materiais formaram um campesinato paupérrimo, com insuficiente nível de produção e de produtividade, fora da economia de mercado e próximo à servidão. O proletariado apresenta problemas derivados da economia subdesenvolvida, agravados pela falta de representação política. Ademais, em alguns setores menos produtivos os sindicatos eram - não por acaso - dominados por uma estrutura paternalista e corporativa, denuncia o autor.

Seu modelo de desenvolvimento fala de uma hegemonia da fração mercantil, que se explica pelo fato de dependermos da capacidade de importar fornecida desde os anos 30 pelo setor exportador. Tal setor mercantil, além de desempenhar papel estratégico num capitalismo dependente e agroexportador, segundo ele, era o setor mais capaz e organizado politicamente. Outro aspecto

Estudos de Sociologia

era sua clara aliança econômica e social com o latifúndio. Jaguaribe chega a dizer que coube a esse setor do comércio, e não a uma burguesia industrial, a liderança do processo de industrialização em curso a partir de 1930 (Jaguaribe, 1955:8).

Mas Jaguaribe acredita que o avanço da industrialização pode reverter essa dinâmica das classes sociais. Ela questiona o padrão de vida da classe média, até então ancorada no parasitismo do Estado cartorial. Na realidade, a industrialização tornaria inviável o próprio Estado cartorial, revelando-o inadequado às demandas de uma estrutura capitalista em processo final de consolidação no Brasil. Do ponto de vista cultural, a industrialização permite que se conteste o colonialismo e a postura alienada da própria burguesia industrial. Ademais, ela enseja que a burguesia como um todo reverta seu papel mercantil e latifundiário. Tal reversão da postura e da mentalidade da burguesia brasileira seria realizada com o apoio de forte intervenção estatal (idem:14).

De um ponto de vista histórico, portanto, Jaguaribe acredita que a industrialização permite à fração industrial da burguesia exercer maior comando sobre a economia, o que significa aumentar o interesse no mercado interno. Isso implica, por seu turno, maior participação e controle do Estado. Deste modo, caberia à burguesia progressista romper a velha aliança com o latifúndio e os grupos vinculados ao comércio externo, aliança que era mantida por suas frações atrasadas. O processo de desenvolvimento também questiona a política de clientela e o Estado cartorial no momento em que se ancora na produção industrial substitutiva de importações. Como as importações eram os vetores de subordinação da economia brasileira, a produção interna dá possibilidades de suprimento das necessidades da população. À medida que a produção industrial se diversifica, o país passa a produzir bens de produção fundamentais para completar a transição para o capitalismo.

A transformação na estrutura econômica, a formação de poupanças, a diversificação do consumo e, principalmente, a ampliação do mercado interno chocam-se com a “superestrutura” do Estado cartorial e clientelístico. No seu *Condições Institucionais*

Virgilio Roma de Oliveira Filho

do Desenvolvimento, Jaguaribe afirma não mais haver coincidência entre o processo econômico e o processo político. As forças sociais que controlavam o poder ficaram sem amparo na nova dinâmica da economia. Os grupos ligados à industrialização tornam-se as forças dirigentes, embora não dominantes - já que não detêm os instrumentos institucionais, ainda nas mãos da velha classe latifundiária que exerce a dominação política. Forma-se, segundo sua visão, um hiato, ou um “intervalo”, manifestado num conflito entre a superestrutura política-ideológica e as novas bases materiais burguesas.

O hiato se apresenta bloqueador do desenvolvimento, na realidade, porque as forças do progresso vindas da indústria demandam uma gama de serviços não oferecidos pelo Estado cartorial. A burguesia industrial precisaria de um Estado que montasse uma infra-estrutura de apoio e executasse uma política econômica adequada à industrialização. Abordando com outros conceitos o fenômeno que Marx viu como defasagem entre a infra e a superestrutura, Jaguaribe também observa a existência de um descompasso entre o que ele chama de estática (Estado cartorial) e dinâmica (industrialização). A estática também se expressa no subdesenvolvimento, no semicolonialismo, no parasitismo social, na alienação cultural e numa economia articulada em torno da fazenda.

A industrialização é o elemento dinâmico, inclusive propiciando renda ao proletariado e incorporando a classe média ao processo produtivo. No lado agrário, ela permite aumentar a renda das classes rurais. Em resumo, a industrialização cria condições econômicas capazes de solapar o subdesenvolvimento e o semicolonialismo. Por sua vez, o novo padrão de desenvolvimento altera a estrutura de poder e do Estado. Segundo Jaguaribe, havia assim condições estruturais para a reforma institucional e política, vale dizer, para adequar estática e dinâmica. O próprio nível ampliado de produtividade, ao melhorar o perfil do emprego e da renda do trabalho, ensejaria aos trabalhadores rejeitar a política de

Estudos de Sociologia

barganha. A reversão dessa forma política viria somente através de um processo que ele concebe como política ideológica.

Fica claro que Jaguaribe interpreta o processo de desenvolvimento como “revolucionário”, já que supera velhas estruturas sociais e de poder, dentro de uma dinâmica social, política e cultural que afeta, modifica e transfigura a estrutura da sociedade. O desenvolvimento brasileiro, segundo o autor, seria capaz de alterar e superar a condição de semicolonial e subdesenvolvido, fazendo o país entrar numa fase de transição ao pleno desenvolvimento e à plena autonomia. A visão crítica do autor o leva a observar que, apesar do crescimento ocorrido a partir de 30, persistia um desbalanceamento entre os investimentos e as necessidades da população, devido à dominância da economia de exportação. Afastando-se de uma visão economicista ele insiste em que, sem condições institucionais, não haveria terreno para êxito de um desenvolvimento que incorporasse a totalidade da população. Em decorrência, ele defende um papel decisivo do Estado e forte mobilização ideológica da sociedade. A implantação das metas e dos programas governamentais espelha o que o autor chama de política ideológica, tendo o efeito de criar um novo Estado, funcional e mais produtivo, que substitui o velho Estado cartorial.

Conforme já dito anteriormente, Jaguaribe vê de modo *sui generis* uma contradição de classes no Brasil (posto que antagonizavam-se as classes dentro delas próprias). Ele define um dualismo dentro das próprias classes, que as atinge em função de seu alinhamento ao bloco moderno ou atrasado. O autor observa que, se por um lado, a industrialização dava a possibilidade de completar a transição para o capitalismo, definindo no futuro um perfil nítido de classes, de outro, somente a ideologia nacionalista, construída pelo bloco moderno, solaparia o estatuto colonial - aquele a que os isebianos chamavam de “complexo colonial”.

Para Jaguaribe, o velho Estado cartorial se adequara no passado à estrutura faseológica semicolonial e semifeudal, permitindo um “equilíbrio” entre Estado e sociedade no período anterior a 30. Dito de outro modo, apresentava-se um casamento entre as forças

Virgilio Roma de Oliveira Filho

dirigentes da economia e as que exerciam a dominação política, sedimentando politicamente o poderio econômico do latifúndio. Por sua vez, o controle do Estado cartorial pelo latifúndio viabilizava as condições de reprodução e realização da produção de bens primários, garantindo a rentabilidade das empresas de exportação. Entretanto, o autor assinala, seguindo Furtado, que o funcionamento do Estado cartorial, ainda que socializando as perdas do setor agrário para a sociedade através da chamada “política de defesa da renda”, havia sido positivo naquela fase porque mantivera a renda e o emprego da economia. Os recursos do Estado haviam permitido subvencionar, via emprego, a classe média, que assim não ficava condenada à marginalidade.

Mas a manutenção do cartorialismo após 30 cria um desequilíbrio entre a “estática” e a “dinâmica”, porque as novas demandas por um Estado produtivo e fornecedor de serviços esbarram num Estado improdutivo que opera políticas de clientela somente adequadas à economia exportadora. A estática brasileira é expressa num cartorialismo pautado por relações de favor, de clientela e dependência da sociedade às fazendas, apresentando uma característica de país subdesenvolvido e semicolonial. À medida que o mercado interno cresce, ancorado na indústria, surge um elemento disruptivo da velha ordem cartorial.

Em resumo, o atraso, na visão de Jaguaribe, se expressa numa estrutura de classes polarizadas entre seus setores modernos e atrasados; num Estado pouco funcional às demandas da industrialização; na veiculação de uma cultura inautêntica, alienada e cosmopolita; numa estrutura política de clientelas pouco representativa dos grupos emergentes, com falta de sincronia entre direção econômica e dominação política; e num Estado despreparado para viabilizar o desenvolvimento brasileiro. Do ponto de vista econômico, apresentávamos uma estrutura subdesenvolvida pautada nos desequilíbrios regionais; na subcapitalização; na baixa taxa de investimento; na inflação e na falta de produção em todos os setores. Havia ainda um hiato ou descompasso entre a infraestrutura econômica de seus blocos modernos, ligados à

Estudos de Sociologia

industrialização, e a superestrutura colonial representada pela hegemonia incontestada do latifúndio e da burguesia mercantil, estes ligados ao setor exportador e, em última instância, sustentados pelo Estado cartorial.

Cabe registrar que no argumento do autor aparece uma diferença conceitual entre direção e dominação, numa intuição que lembra a teoria gramsciana, fundamental para sua concepção de revolução nacional. Ele assinala que a partir de 1930 começa a existir uma dissociação ou hiato entre as novas forças que dominam o processo econômico e as que se mantêm como hegemônicas no processo político. Com a industrialização surge uma pressão para reajustar o Estado e para que se superem os estrangulamentos econômicos, tanto o agrícola como o industrial. Contudo, na visão de Jaguaribe, a industrialização representa condicionante necessária, mas não suficiente, para resolver o hiato assinalado. Ou seja, os grupos econômicos que emergem com a industrialização precisam tornar-se dirigentes e hegemônicos no processo social brasileiro. Essa hegemonização somente se viabilizaria com forte trabalho de sedimentação ideológica e com a criação de um outro tipo de Estado, racional e produtivo. Ideologia e gestão pública deveriam voltar-se para a criação de condições institucionais adequadas à nova estrutura faseológica brasileira, a do *desenvolvimento nacional*, tarefa na qual se destacaria o papel da *intelligentsia*.

A feudalidade como fonte do atraso

Sodré apresenta a dialética do atraso e do moderno sob dois registros: um, de seu período isebiano⁴ dos anos 50 que, de fato, polariza o novo e o velho, ainda que com algumas diferenças em relação ao isebianismo histórico; e outro, de sua fase marxista ainda no ISEB, que polariza feudalismo e capitalismo. Como a argumentação do autor tem fundamentação na História e, também, devido à amplitude dos temas levantados, convém fazer um resumo da mesma antes de sua comparação com o dualismo de Jaguaribe.

Virgilio Roma de Oliveira Filho

Assim é que Sodré, nos seus argumentos dos anos 50, segue o método faseológico do ISEB, apresentando os problemas brasileiros em função das sucessivas fases, desde a colonial até a etapa da revolução brasileira. Como os demais isebianos, ele também acreditava que a fase de consolidação do capitalismo faria emergir uma fase superior e mais importante da formação social brasileira. Nos anos 60 ele substitui o método faseológico e introduz o conceito de modo de produção - ainda mantendo a idéia de Pinder, largamente usada pelo ISEB, que assinalava a multiplicidade ou convivência de velhas e novas formações, ao longo das fases históricas, naquilo que este último autor chamava de “contemporaneidade do não coetâneo”. Esta leitura isebiana, parcialmente preservada por Sodré na sua fase marxista, o afasta de um etapismo linear. O fato de dizer que os modos de produção evoluíam por etapas, a saber, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo, não lhe ofuscou a visão de que no Brasil conviviam velhas e novas formas de produção. Sodré se diferencia dos isebianos quando identifica o velho com as *relações de produção servis* ou pré-capitalistas, e não com relações meramente coloniais.

É verdade que Sodré relaciona, como os isebianos, o atraso da presente formação social brasileira às seqüelas deixadas pelo velho sistema colonial. No entanto, procuro ver quais pontos ele realça no colonialismo brasileiro, tendo sempre presente aquela diferença entre seu pensamento dos anos 50 em relação ao dos anos 60. Além disso, tento estabelecer o modo como Sodré associa o novo ao velho a partir da dinâmica das classes e do Estado brasileiro, nas duas fases de sua participação no ISEB.

Para ele, a base do sistema colonial era o binômio terra-escravo, com uma relação de classes que deixava em campos antagônicos a classe dominante dos senhores de terras e a dos escravos. Na fase colonial os setores médios não tinham importância econômica. Ainda segundo Sodré, somente com a mineração surgira um importante setor intermediário que se orientava em duas direções: engrossando um incipiente mercado interno que crescia com a urbanização e fazendo a transição do escravismo para o

Estudos de Sociologia

feudalismo, transformando-se em servo. O quadro colonial se apresentara estável enquanto coincidiram os interesses da classe dominante local e o das metrópoles. Quando ocorre uma descomunhão desses interesses a classe dominante faz a Independência. Sodré atribui um papel positivo às elites coloniais, inclusive afirmando que, até o momento do golpe republicano, tais elites agrárias teriam cumprido um papel progressista para a sociedade brasileira (Sodré, 1967:15).

Pensando numa teoria da dinâmica do Brasil contemporâneo, notadamente das classes sociais, observo que Sodré, no seu *Introdução à Revolução Brasileira*, discute as classes seguindo a tradição leninista - de acordo com a posse ou o direito aos bens econômicos. E de forma semelhante aos isebianos diz que no Brasil, até os anos 50, a história social foi determinada de forma quase exclusiva pela classe dominante agrária. Na origem da colonização as classes brasileiras se estruturavam em função da propriedade territorial, já que, segundo ele, a terra era o bem por excelência, discriminando a posição das classes. A disponibilidade de terras delimitava um crescimento extensivo da agricultura, com as “células de produção” agrárias produzindo gêneros tropicais para os mercados externos em grande escala. Dada a disponibilidade de terras, estabeleceu-se a grande propriedade exportadora. O trabalho escravo completava a produção colonial e era, segundo o autor, o único possível de fundamentar a colonização. A partir de 1930 a hegemonia dos grupos oligárquicos é contestada pelas chamadas “novas forças da industrialização”.

A lavoura de subsistência carecia de expressão econômica, tinha baixa produtividade e apresentava traços de autarquia. A produção dos núcleos de subsistência não se destinava ao mercado, não tendo qualquer valor de troca. Havia um quadro de crises, fome e subprodução desde o século XVI. A propriedade era concentrada, assim como a renda dela derivada. A grande propriedade, operando como uma estrutura tradicional, bloqueava o processo inovativo e o surgimento de novas técnicas dentro e fora do latifúndio e, mais importante, limitava a acumulação de

Virgilio Roma de Oliveira Filho

riqueza.⁵ Entretanto, para esse Sodré de 1958, todos esses traços não configuravam uma feudalidade (idem).

Nessa visão isebiana dos anos 50, Sodré considera a colonização apenas jurídica ou formalmente feudal, mas assinala que se a olharmos por outro ângulo, isto é, a partir das relações de produção, a estrutura produtiva da Colônia definiria, de fato, um escravismo que ele entende como colonial. Tal interpretação, que acopla a produção escravista colonial a um feudalismo apenas formal, será mais tarde radicalizada no dualismo de Passos Guimarães (1968), melhor definida por Ignácio Rangel⁶ e, ainda, redefinida por Gorender como *escravismo colonial*. Na visão de Sodré, expressa em 1962 no seu *Formação Histórica do Brasil*, o feudalismo é um fenômeno fundamentalmente do século XIX, derivado de uma crise endógena do escravismo. Na obra *História da Burguesia* ele dirá que o feudalismo aparece apenas de forma secundária no século XVI no sertão pecuarista, ou em áreas de pouca importância, aprofundando desse modo seu argumento de 1962.

A tese de Sodré é que tal estrutura agrária, mantida até os anos 50 pela grande estabilidade e indestrutibilidade do latifúndio, somente poderia ser quebrada pelo capitalismo, que atuaria como elemento de fora, de natureza modernizadora, ou então por um projeto político de reforma agrária. Vale dizer: o latifúndio é incapaz de criar uma estrutura produtiva totalmente eficiente e democrática a partir de seus elementos internos, conseguindo, no máximo, uma modernização parcial como a ocorrida nos anos 30. Do ponto de vista histórico, a origem desse elemento externo remonta à economia cafeeira, pela introdução de inovações e de uma nova dinâmica social. Sodré segue as teses de Marx quando percebe que tal elemento externo possa também surgir da industrialização acoplada à força do nacionalismo.

É importante citar que as características da estrutura produtiva do período colonial ainda estão presentes nos anos 50 e se expressam numa formação socioeconômica anacrônica - já que é orientada para a produção em bases extensivas de produtos

Estudos de Sociologia

primários de exportação, empregando técnicas rudimentares, apresentando uma abertura indiscriminada para os produtos do exterior e, por fim, acusando grande dispersão regional e fraqueza do mercado interno. Tais fatores originados na colonização constituem o que o autor chama de “mercantilismo colonial”, significando uma integração subserviente, dependente e colonial ao capitalismo internacional. Tal sistema provoca bloqueios ao avanço do capitalismo interno. Esses fatores constituem para ele “o elemento de inércia, o coeficiente retrógrado cuja eliminação completa é indispensável” (Sodré, op. cit:72).

Sodré, assim como os demais isebianos, observa que a hegemonia da classe dominante agrária se generalizara em todos os campos da sociedade brasileira: material, social, político e cultural. A hegemonia do latifúndio ou das classes dominantes agrárias se apresentara incontestemente durante todo o século XIX, mantendo-se para além da fase colonial, em plenos anos 50, e formando uma cultura alienada e transplantada, caudatária da cultura estrangeira. O Estado Nacional criado em 1922, apesar de nova fisionomia, mantém a essência do sistema colonial, com o agravante de ficarmos submetidos ao capitalismo inglês de natureza industrial e monopólica, baseado na exportação de capital e conquista de mercados periféricos. Na República Velha preserva-se a estrutura colonial, na medida em que era hegemônica a idéia de ser o Brasil “essencialmente agrícola”. O quadro das classes se altera, ficando com a fisionomia que se sustenta até a metade do século XX. No século XX a classe dominante se apresenta como latifundiária e feudal, não mais escravista. Dentro desse regime latifundiário e feudal, o produtor sem posses se vincula ao senhor de terras por laços de dependência, ou seja, não-institucionais. Ao reconhecer a modernização advinda da economia cafeeira e que afirma o domínio das classes agrárias exportadoras, Sodré não estaria na direção contrária das correntes acadêmicas ou dos intelectuais brasileiros que entendem a República Velha sob a ótica de uma “modernização conservadora”.

Virgilio Roma de Oliveira Filho

A burguesia, como outra fração da classe dominante, é situada dentro de um quadro de economia colonial e dependente. Sodré observa que desde o período da Independência essa classe esteve aliada ao latifúndio. Ademais, enormes eram as dificuldades para sua formação e desenvolvimento numa economia colonial agroexportadora, dependente dos mercados externos e tendo que se submeter à forte penetração do capital estrangeiro em todos os seus setores.⁷

Trabalhando o tema do Estado pelo ângulo da política econômica dos anos 30/50, Sodré sustenta a tese de que na orientação exógena dessa política residia a defesa incontestada da agroexportação contra os interesses da capitalização nacional. Tal política de submissão ao capital estrangeiro acaba por consolidar uma aliança do imperialismo com o latifúndio que, internamente, redundava na preservação de formas atrasadas de produção e de relações de produção pré-capitalistas na agricultura. Esse tipo de Estado não defende adequadamente a indústria. Do ponto de vista da sociedade, o resultado é a perda de renda advinda do processo inflacionário. A tese de Sodré é a de que a inflação opera uma transferência de renda para os setores agrários. Inclusive, segundo ele, a fraqueza das forças sociais burguesas e da própria burguesia não lhes permite dar apoio ao segundo governo Vargas.

A contradição entre as forças produtivas burguesas e as velhas relações (os chamados “restos feudais”) de produção se potencializa porque o setor industrial, ao longo dos anos 30, se diversifica fazendo surgir uma importante indústria de bens de produção que antagoniza com as formas pretéritas do Estado e com o pacto conservador estadonovista. Diz Sodré que as forças da capitalização avançam e já não podem mais ser detidas. O choque ocorre em virtude de que o lado atrasado, ainda forte, representado pelo capital agrário do latifúndio, se alia ao capital estrangeiro (imperialismo) e fica fortalecido, desse modo controlando o Estado. Essa aliança impõe dificuldades à apropriação dos resultados do movimento de 30 pela burguesia e ainda restringe seu acesso completo ao mercado interno, por vários motivos: pelas relações de produção atrasadas que não

Estudos de Sociologia

fortalecem o mercado interno; porque o imperialismo busca controlar o mercado consumidor dos países periféricos, e por formar-se uma política econômica liberal e entreguista, que não dá suporte ao capital nacional.

Na visão dualista, que compartilha com Jaguaribe, Sodré verifica a existência de uma dupla distinção social dentro da classe dominante. Mas localiza tal dicotomia no setor agrário, o que lhe permite entender a ruptura do modelo primário-exportador a partir de uma cisão entre os que exploram atividades agropastoris velhas - tais como as do açúcar e a criação pastoril - e os que se valem do trabalho assalariado na economia cafeeira. Esta última fração de classe, ainda que portadora de métodos modernos, estando por demais interessada em defender os interesses da cafeeira *à outrance*, levará a que todas as classes dominantes e suas frações de classe, incluindo as da própria cafeeira, contestem seu domínio. Segundo a rica e original visão de Sodré, a ruptura que dá origem à Revolução de 1930 vem de uma fratura ocorrida dentro da própria classe cafeeira, quando uma fração dessa classe se associa aos setores mais atrasados que produzem para o mercado interno. Sodré aponta que a Revolução de 30 somente se viabilizou por causa dessa divisão das classes agrárias. Em resumo: na sua análise, o movimento de 30 é um processo comandado pelo setor agrário.

Nessa visão, a dualidade interclasses dominantes ocorre também entre a burguesia industrial e a velha elite agrária, o que tem levado alguns críticos a apreender de forma distorcida o pensamento de Sodré e dos demais isebianos. A formação da burguesia é interpretada por Sodré em três momentos: num primeiro, está associada ao latifúndio em termos da origem do capital; num segundo, está ainda associada, mas de forma política, tal como nos anos 30; e, num último, ela possui tendência e potencial para operar um corte definitivo com a elite agrária, através da revolução brasileira. Nas suas palavras: “o desenvolvimento da burguesia, no Brasil, em relação ao latifúndio, passa por duas etapas: a primeira se caracteriza pela coexistência da burguesia com o latifúndio, quando o crescimento e o alastramento de relações capitalistas

Virgilio Roma de Oliveira Filho

apresentam compatibilidade com a existência e a predominância do latifúndio; a segunda, quando o desenvolvimento das relações capitalistas se incompatibiliza com o latifúndio e demanda, para prosseguir, a liquidação deste” (Sodré, 1976:343).

Nos anos 50 a dualidade reaparece em Sodré no quadro da dinâmica do campo. Naquele momento o velho e contraditório é referenciado pelo desempenho da agricultura, que se torna a contradição principal de nosso desenvolvimento. O campo apresenta ainda relações semifeudais que bloqueiam o mercado interno. Por sua vez, o Estado, caudatário da hegemonia do bloco atrasado, permite ou favorece a manutenção do atraso no campo quando estabelece compromisso com a elite agrária atrasada. Define-se a partir desse “arranjo” uma estrutura de poder conservadora e colonial e um paradoxo: o Estado, que deveria estar submetido à classe dominante ou a setores dessa classe que dele se apropriam, fica fortalecido e adquire relativa autonomia em virtude da debilidade dessas mesmas classes que não conseguem exercer sozinhas seu projeto de dominação.

Sodré diferencia-se da visão de Jaguaribe a respeito das contradições do desenvolvimento brasileiro quando enfoca os entraves do desenvolvimento pelo ângulo das relações de produção, além de se posicionar de forma radical na crítica ao imperialismo. Ele faz um corte angular com o isebianismo histórico, introduzindo, nos anos 60, uma visão marxista dos problemas brasileiros através de sua “tese da feudalidade”, enquanto que Jaguaribe sofisticava sua abordagem mediante um modelo neobismarckiano, sem operar nenhuma ruptura metodológica.

Sumariando a visão de Sodré sobre o atraso, pode-se observar que o autor insiste no ataque ao imperialismo e a seu aliado interno, a elite agrária. Sobre o aspecto interno, denuncia a presença de “relações feudais” no campo. Sobre o aspecto externo, diz que a dominação imperialista tem o efeito de travar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil⁸. Ou seja, numa linha de argumentação comum ao pensamento da esquerda dos anos 50, basicamente expresso na *Declaração de Março de 1958* do PCB, Sodré afirma

Estudos de Sociologia

que a raiz do atraso brasileiro reside no campo, pela existência daquelas relações servis e do “sono secular” das massas camponesas. Do ponto de vista dinâmico, o imperialismo, como uma contradição externa, avança na conquista do mercado interno. A resultante dessas duas forças é a limitação da expansão das forças internas da capitalização.

Recolocando o tema da feudalidade sob o prisma da dualidade, observo que ele pode ganhar novos contornos: a tese da feudalidade fornece a Sodré a chave para a singularidade da formação brasileira. Destaco que o autor não vê como isoladas as relações de produção feudais e capitalistas, como entendeu a crítica ao pensamento dualista. Sua teoria da renda permite uma revisão dessa crítica: Sodré diz que se confundem o proprietário de terras e o locatário capitalista na mesma pessoa (Sodré, 1979:354). Assim, na ótica da renda, há uma geração de renda em parte capitalista e em parte pré-capitalista, podendo o proprietário ser um latifundiário atrasado ou um capitalista-empresário do campo. Considera que a partir dos anos 30 já é um dado a penetração do capitalismo no campo, não entendendo que o capitalismo esteja ausente do campo (idem).

A feudalidade é uma forma de Sodré entender a dualidade brasileira e orienta sua visão da revolução brasileira. Outra derivação da “tese da feudalidade” é sua visão da fraqueza política e econômica da burguesia, decorrente de sua associação com o latifúndio. Na teoria de Sodré aquela classe, apesar de incorporar parcelas expressivas oriundas da própria classe agrária e de, conseqüentemente, estar associada politicamente ao latifúndio, à medida que vai criando novas forças produtivas industriais torna-se uma fração de classe capaz de reverter a hegemonia do latifúndio e solapar as relações pré-capitalistas. Seguindo a linha do Partido Comunista, Sodré percebe que existe uma fração da burguesia associada e comprometida com o capital monopolista mas vê, também, a existência de outra parcela, de extração industrial, formada por médios e pequenos empresários que podem apoiar a revolução nacional porque estão comprometidos com a capitalização

Virgilio Roma de Oliveira Filho

nacional. Conclui, como os comunistas e os isebianos, que a fraqueza da burguesia, num quadro interno de feudalidade, pode ser compensada por sua associação às demais classes progressistas.

A feudalidade brasileira aparece a Sodré como o contraponto da expansão capitalista, de suas classes correlatas e do Estado moderno. Sodré denuncia o atraso colonial, não somente como um isebiano, mas como um pensador marxista. Daí adicionar a questão do atraso feudal como entrave ao avanço burguês-capitalista, apesar de acreditar que as forças produtivas burguesas dão condições materiais para liquidar as velhas relações de produção. O enfoque de Sodré, ainda que aproximando-se da visão de Marx sobre as transformações burguesas, tal como expressa em *O Manifesto Comunista*, distancia-se dela ao enfatizar o que Marx nega: o caráter nacional da produção capitalista. Em decorrência, Sodré propõe uma revolução pacífica, “por degraus”, de natureza democrática e capitalista, anticolonial, como forma adequada, naquela etapa, de enfrentar o bloco atrasado-feudal e afirmar a nacionalidade.

A teoria da dualidade e da modernização ganha nova interpretação com a introdução da tese da feudalidade e do prussianismo. A dualidade, captada também por seu conceito de prussianismo, remete à sua teoria de que operamos uma modernização parcial e uma revolução burguesa incompleta. Tal revolução ficava mais restrita ainda pela posição colonial do país e por sua dependência ao capital estrangeiro. Percebendo uma nítida diferenciação no campo, que aqui não evolui para a pequena produção, diz Sodré que no campo são polarizados, de um lado, o latifúndio, ou o latifúndio capitalista, e de outro, a massa de camponeses e trabalhadores pobres da terra. Há ainda um grupo diferenciado de camponeses que evoluem para a proletarização ao invés de formarem setores médios do campesinato. Conclui o autor com seu *insight* fecundo que a evolução da agricultura e o processo de modernização do país “fornecem a caracterização, no Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento ao modo prussiano, sob influência do imperialismo”. E acrescenta que “avançava sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo

Estudos de Sociologia

conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido” (idem:355). Como resultante, a propriedade se concentrava, levando à falência o pequeno produtor e as culturas de mercado interno.⁹

Essa idéia de prussianismo, junto com a tese da feudalidade, dão a Sodré outra teoria da dualidade e da questão agrária dos anos 50. Para o autor, a questão agrária não remete somente a uma questão produtivista ou populacional, como era visão corrente na época. Em Sodré, essa questão ganha o tratamento de modernização conservadora ou ainda de revolução burguesa “frustrada” ou inconclusa, o que remete a um processo excludente, concentrador e antidemocrático. Daí que o elemento democrático seja o eixo central de sua teoria da revolução e do desenvolvimento brasileiro. Sua teoria dualista permite uma nova leitura da formação brasileira, dando tratamento refinado à questão agrária.

Sodré, assim como Jaguaribe, acredita que a industrialização tem um elemento dinâmico e revolucionário, na medida em que faz amadurecer e dá suporte à tomada de consciência dos setores progressistas sobre as contradições brasileiras. Para ambos, a revolução brasileira solaparia as velhas relações de produção, o “Estado de compromisso” - atrasado e cartorial - e venceria o complexo colonial. O novo *Estado produtivo* de Jaguaribe e a *consciência democrática* de Sodré fazem o ajuste das novas forças do progresso com as novas relações de produção e de poder.

A revolução brasileira

Os isebianos devem ser entendidos como intelectuais independentes que, além de teorizar sobre os problemas brasileiros, tinham soluções práticas que implicavam um projeto de poder, ainda que desejassem operar um tanto acima das classes. Nesse projeto eles próprios seriam os gestores da racionalidade, da política e da ação do governo. Segundo Sodré e Jaguaribe, os intelectuais, como vanguarda revolucionária - que para Sodré representava a teoria do partido - deveriam elaborar a teoria e fazer através da práxis a generalização da ideologia desenvolvimentista para toda a

Virgilio Roma de Oliveira Filho

sociedade. Conforme afirmavam, pensariam o desenvolvimento enquanto J.K. o poria em marcha. Eles se valiam da independência estatutária do ISEB para manter uma postura de maior independência em relação ao Estado. Como exemplo, o partido do desenvolvimento sugerido por Jaguaribe estaria fora da estrutura de poder governamental e, como ele mesmo sublinha, funcionaria fora e dentro do Congresso. Sua recusa à implantação de um capitalismo de Estado reforçava sua postura de autonomia em face do poder estatal. O próprio Estado bismarckiano que ele propõe estaria acima das classes, fazendo a arbitragem entre elas - respeitada a liderança econômica das classes burguesas, as quais seriam um contrapeso ao poder estatal desmedido. No caso de Sodré, deve-se registrar uma postura de maior independência, seja no ISEB, seja em relação ao governo, não lhe cabendo de forma alguma a “camisa de força” de Caio Navarro de Toledo que identifica o ISEB como um aparelho ideológico de Estado.

A partir dos modelos clássico e não-clássico de revolução burguesa, tento agora apreender o pensamento dos autores numa perspectiva comparativa. Chego à conclusão de que o ISEB, pelo menos nesses dois autores, concebeu o processo de desenvolvimento brasileiro como uma revolução burguesa anticolonial, de natureza específica, já que se tratava de reverter um quadro periférico do capitalismo mundial. O projeto de revolução de Jaguaribe e de Sodré se diferencia de uma concepção de revolução burguesa clássica: em Jaguaribe, pela introdução do conceito de bismarckismo, a rigor neobismarckismo, o que equivale a propor um Estado forte e alavancador da industrialização; e em Sodré, pela idéia de uma frente nacionalista, democrática, e popular que conduziria a revolução burguesa como etapa prévia ao socialismo. Em ambos não se trata de uma revolução radical nem disruptiva da ordem capitalista. Pode-se dizer que seus projetos se identificam com a linha ideológica do governo J.K. de desenvolvimento “dentro da ordem” - em Sodré com maiores ressalvas.

Estudos de Sociologia

Outra coincidência em seus projetos é que neles a burguesia, apesar de ser chamada a exercer a liderança do processo, apresenta-se incapaz de levar adiante, sozinha, a revolução brasileira. Em todas as fases da obra de Jaguaribe há um apelo a que outros setores exerçam a hegemonia na revolução: nos anos 50, confere importância à *intelligentsia* - na qual os isebianos se incluem - e ao que ele chama de partido do desenvolvimento; e, nos anos 60, mais descrente da burguesia, realça a idéia de Estado bismarkiano. Na obra de Sodré, em ambas as fases, há apelos a uma frente nacionalista, democrática e popular. Em síntese, na visão de Jaguaribe, essa burguesia progressista e nacionalista deveria ser um aliado dos numerosos grupos nacionalistas e ter uma atuação que fosse semelhante à exercida nos processos de “modernização pelo alto”; na visão de Sodré, que carrega uma idéia de revolução nacional-popular, lembrando a leitura de Gramsci do *Risorgimento*, a burguesia deveria participar de uma frente ampla.¹⁰

Outro tema importante a ser colocado refere-se ao papel de relevo dos intelectuais e da ideologia numa revolução burguesa não-clássica. Por sermos um país periférico onde existe necessidade de se travar árdua luta contra as forças externas dos centros capitalistas, bem como em virtude da fraqueza da burguesia e das classes populares, tanto Sodré quanto Jaguaribe defendem a criação de um bloco modernizante sustentado por uma frente popular e respaldado pela ideologia nacionalista - em Jaguaribe, um nacionalismo de “fins”.

A revolução neobismarckiana

A ideologia é peça central do pensamento de Jaguaribe e dá as bases da revolução brasileira. Ainda é a forma de fazer uma “ruptura revolucionária com o passado”. O autor concebe ideologia dentro de dois componentes. Um primeiro, como algo externo às classes sociais, “vindo de fora, a partir dos intelectuais”. Um segundo, que se divide num aspecto teórico e prático. Como teoria, é trabalho educativo, movimento de vanguarda e, ainda, criação de

Virgílio Roma de Oliveira Filho

racionalidade na gestão da coisa pública. Como prática, trata-se de criar mecanismos gerenciais para o novo Estado produtivo que substituiria o velho Estado cartorial. O nacionalismo daria os fundamentos da revolução brasileira à medida que forjasse novo aparato de poder e nova mentalidade.

Adotar uma política ideológica, na visão de Jaguaribe, implica adequar a estrutura política, criar uma política de desenvolvimento apoiada no planejamento e elaborar uma política econômica adequada. Essa nova política oferece uma orientação às classes em progresso, substituindo a velha política de clientela. Ela é facilitada pela coincidência entre a representatividade e a autenticidade do projeto nacionalista, na medida em que burguesia, proletariado e classe média passam a ter o mesmo objetivo e a apoiar a industrialização que lhes traz benefícios. Na visão de Jaguaribe, a política ideológica tem um poder transfigurador da estrutura política brasileira, além de funcionar como forma de superação da crise brasileira. A superação do cartorialismo e a implantação de um novo arcabouço institucional e ideológico são os ingredientes que demarcam uma revolução burguesa no Brasil. Numa revolução burguesa os elementos fundamentais são a criação de uma estrutura de poder e de instituições próprias do Estado capitalista e também uma ruptura revolucionária com o passado, elementos que validariam, a meu ver, a insistência do autor numa política ideológica.

Em todos os seus trabalhos dos anos 50, Jaguaribe insiste que as duas armas fundamentais da revolução nacional são a organização e a educação ideológica. Esse trabalho de propaganda se solidifica e vai formando um bloco que opera com o “imperativo do desenvolvimento”, dando sustentação ao governo e criando bases programáticas de ação. O Estado deve ampliar sua funcionalidade com ação política que discipline e alinhe a sociedade, o próprio governo e até a oposição. Cabe ao bloco progressista afastar e superar grupos, pessoas e partidos que se distanciem desse imperativo.

Estudos de Sociologia

Na visão de Jaguaribe, o reajuste do Estado implica a formação de um núcleo gerencial de classe média formado por administradores e técnicos que iriam “tripular o parque industrial” (Jaguaribe, 1958a:29). Note-se que já em 1958, em *Condições Institucionais do Desenvolvimento*, o autor não conclama a classe burguesa a exercer a hegemonia do projeto, a meu ver, nacionalista de cunho gerencial. Como que se penitenciando daquilo que dissera da burguesia, dirá, no seu *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, que a burguesia deveria ser dirigente da revolução brasileira.

Em 1962 conclui seu pensamento como começara, em 1952: descrente da burguesia, apostando na *intelligentsia* e no Estado. Como diz no seu livro de 1952, *A Filosofia no Brasil*, caberia à inteligência brasileira, na qualidade de filósofos-demiurgos, criar a verdadeira cultura brasileira. Esclarece que a filosofia até os anos 50 somente imitara idéias de pensadores do exterior, não refletindo nossa realidade. Como observara Corbisier, a cultura anterior aos anos 50 era nula. Este era, por sinal, um ponto central na teoria isebiana: a formação de uma consciência crítica em oposição à consciência ingênua até então prevalecente. O projeto de Jaguaribe para a *intelligentsia* evolui para uma postura de cunho gerencial. Somente a partir de 1958 a *intelligentsia* seria a peça fundamental do Estado neobismarckiano proposto por ele, um Estado que faria a arbitragem entre as classes, alavancaria o desenvolvimento e que estaria, assim como a *intelligentsia* que o opera, acima das classes sociais.

Nossa revolução é considerada *sui generis* por sermos um país de origem colonial e de desenvolvimento tardio, um caso de dominação colonialista apoiada por grupos mercantis e latifundiários de tipo imperialista. Em decorrência, a revolução nacional que Jaguaribe propõe para o Brasil passaria pela formação de uma frente comum pluriclassista capaz de criar uma ideologia do desenvolvimento nacional que aglutinasse toda a sociedade civil. Ademais, dada a fraqueza da burguesia e a forte hegemonia ainda exercida pelo latifúndio, caberia a outros grupos sociais alavancar,

Virgilio Roma de Oliveira Filho

ou mesmo liderar, a revolução, num processo que se estenderia do campo econômico aos campos ideológico e cultural. A especificidade brasileira, na visão de Jaguaribe, demanda um tipo particular de nacionalismo: o nacionalismo de fins, no qual a racionalidade e a operacionalidade que, afinal, devem ser fortalecidas na economia nacional, estejam acima das procedências do capital. Vale dizer: no seu projeto de nacionalismo, Jaguaribe não rejeita a colaboração do capital estrangeiro.

A revolução brasileira, na ótica de Jaguaribe e dos demais isebianos, é um processo de superação do estatuto colonial ainda vigente no Brasil dos anos 50, processo levado adiante pelo bloco moderno constituído pelas forças da capitalização nacional. Mas tem um caráter específico em relação às revoluções burguesas clássicas porque a burguesia brasileira - ao atuar num quadro de hegemonia das classes conservadoras do latifúndio-mercantil e numa economia exportadora - seria incapaz de conduzir sozinha a revolução nacional. Em *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Jaguaribe afirma que a burguesia teria um papel de liderança sobre as demais classes, mas no conjunto de seus textos fica patente que ele não lhe reconhece condições para exercer a liderança na modernização do país.

O novo modelo de Estado sugerido por Jaguaribe, desde *Condições Institucionais do Desenvolvimento*, abrange uma ampla gama de funções: fazer o planejamento que daria racionalidade ao crescimento econômico; criar a base técnica necessária; orientar os investimentos privados e os seus próprios, através da programação; atuar na montagem de uma política econômica voltada para o mercado interno; criar um aparato ideológico indispensável para impor a hegemonia do bloco moderno contra o latifúndio e, finalmente, ser capaz de solapar uma mentalidade pré-capitalista da burguesia. O Estado devia, do ponto de vista institucional, operar um corte revolucionário com o passado cartorialista.

Para gerir essa nova máquina pública, Jaguaribe sugere a mobilização de uma *intelligentsia* de classe média mannheimiana que, de forma independente, funcione acima das classes sociais.

Estudos de Sociologia

Tal grupo seria uma espécie de vanguarda porque teria a função de sedimentar a hegemonia dos setores capitalistas através de meios políticos e culturais. A *intelligentsia* desenvolvimentista assim concebida deveria ser auxiliada pelo partido do desenvolvimento, que faria o trabalho de alargar as bases da mentalidade burguesa e ainda funcionaria como centro adicional de poder, atuando “dentro e fora do parlamento”, como já observei. Como vanguarda teórica e técnica, baseada numa práxis e num novo centro de poder, ela teria a função de fazer a interlocução direta com a sociedade civil. Tanto o partido-vanguarda como a *intelligentsia*-vanguarda deviam ter representação e legitimidade. Creio poder afirmar que essa idéia de partido do desenvolvimento dotado de legitimidade e representatividade, paralelamente ao fato de que em seus diversos trabalhos Jaguaribe insiste na falta de representação dos novos grupos emergentes, afasta seu projeto e seu partido do desenvolvimento de uma possível postura fascizante.

O Estado, assim redesenhado ou refuncionalizado pela vanguarda teórica e técnica, ganharia ainda maior proeminência com o conceito de bismarckismo, formulado por Jaguaribe na obra de 1962. A proximidade com a experiência histórica alemã nos remeteria a uma via prussiana de desenvolvimento. O autor diz que poderia usar a noção de bonapartismo, mas prefere o conceito de bismarckismo. Ambos realçam a forte intervenção estatal e a capacidade do Estado de arbitrar os conflitos entre as classes sociais, incluindo os conflitos da classe dominante. Entretanto, para Jaguaribe, o bismarckismo, mais explicitamente, implica a reversão do processo de desenvolvimento como processo espontâneo. No século XX, a intervenção ou arbitragem do Estado deve ser chamada de neobismarckismo, por incluir o *Welfare State*, sendo assim mais aplicável ao caso brasileiro. Deste modo, a arbitragem entre as forças sociais deve ser entendida, na sua visão, pela atuação de um executivo forte para equilibrar um conflito entre as classes e os setores das classes dominantes que, segundo ele, cindiam a nação. No entanto, Jaguaribe salienta que nos dois modelos se produzirá a estabilidade para promover o desenvolvimento, afinal fortalecendo a liderança da burguesia (Jaguaribe:1972:19).

Virgilio Roma de Oliveira Filho

O bismarckismo, ou neobismarckismo, é importante no caso brasileiro, pois implica um necessário “dirigismo nacional”. Na Alemanha de Bismarck, o Estado auxiliou e protegeu a indústria nacional contra a concorrência externa e foi capaz de consolidar a nação. No caso do seu modelo político definido pelo nacional-capitalismo, Jaguaribe ressalta como importante, além do partido do desenvolvimento, ao qual cabia, com o apoio das massas, lutar contra os setores conservadores e “radical-revolucionários”, uma liderança neobismarckiana para acelerar a superação do subdesenvolvimento. Esse neobismarckismo só tem validade e aplicação num país onde a burguesia seja economicamente o estrato dirigente. O autor não confunde tal modelo com um capitalismo de Estado, pois neste último caso uma classe média tecnocrática se constitui em grupo líder do processo transformador e a burguesia não tem expressão econômica.

Vários são os fatores legitimadores do neobismarckismo no Brasil. De forma mais global, tornava-se necessária uma instância estatal superior para superar os impasses advindos do subdesenvolvimento e da estrutura colonial-cartorialista. O conflito mais decisivo a arbitrar ocorria entre as classes dominantes do latifúndio-mercantil e da burguesia progressista. Ainda que importante à afirmação nacional, o combate ao imperialismo não ganha maior dimensão no projeto de nacionalismo de Jaguaribe. Também se justifica o modelo neobismarckiano pela necessidade de racionalizar o Estado através da programação e do planejamento, combatendo o clientelismo e formando um Estado funcional. Outra justificativa era a necessidade de coesão social, num quadro de extrema disparidade de renda, desequilíbrio regional e heterogeneidade econômica entre os setores.

Dada a inviabilidade do nacional-capitalismo com Vargas e do neobismarckismo com Kubitschek, o autor propõe, nos anos 60, um modelo de nacional-trabalhismo. Na sua proposta há um reajustamento que minimiza o papel da classe média e da burguesia nacional. Esse reajustamento consiste em reforçar a função do Estado no que tange ao planejamento, à direção e ao investimento

Estudos de Sociologia

dos empreendimentos. O Estado atuaria de forma mais direta e não apenas como catalisador subsidiário da ação dos empresários. Caberia, ainda, ao Estado drástica e radical intervenção no campo, tentando resolver a questão agrária, extinguindo seu caráter feudal e atrasado. Uma outra proposta era a de que o Estado devia aproximar a burguesia e o proletariado por meio de políticas públicas que interessassem às duas classes. E, mais importante, que, com seus investimentos e sua política econômica, o Estado procurasse consolidar a endogenia e criar maior autonomia nacional. O autor volta, deste modo, às suas origens estatizantes, defendendo a socialização dos investimentos e a ampla intervenção do Estado.

Pode-se concluir que na obra de Jaguaribe o processo de desenvolvimento brasileiro se define como uma revolução em função de seis características:

Primeira, um processo de liquidação de uma sociedade colonial, atrasada, subdesenvolvida e pautada num Estado improdutivo e cartorial;

Segunda, um processo de transição de uma sociedade agrária para uma outra industrial que só poderia existir com produção para o mercado, tecnificação da agricultura e da indústria, bem como criação de uma indústria pesada de bens de produção;

Terceira, o aparato institucional a ser criado viabilizaria a revolução brasileira através de um Estado planejador e funcional que desse suporte à indústria e ainda resolvesse os conflitos sociais;

Quarta, a industrialização seria condição necessária, ainda que não suficiente, para reverter uma condição periférica e para implantar uma estrutura capitalista plena: somente o trabalho ideológico ampliado faria uma ruptura com o colonialismo, além de operar o próprio Estado, orientar a política econômica e fazer o treinamento e a educação das massas, ações indispensáveis à liquidação do estatuto colonial;

Virgilio Roma de Oliveira Filho

Quinta, seu projeto radicaliza no tocante à luta ideológica, que funcionaria como a teoria revolucionária para o marxismo. Alicerçado no nacionalismo e baseado na união de todas as classes, seria uma forma específica de se fazer a revolução burguesa no Brasil porque efetuaria a transformação do estatuto colonial e criaria, de forma pacífica e molecular, o capitalismo nacional;

Sexta, nessa luta ideológica a *intelligentsia*, substituindo as classes progressistas, atuaria como uma vanguarda manheimiana, mobilizando as massas e promovendo, com o suporte do Estado, “pelo alto”, a revolução brasileira.

A revolução democrática e burguesa

Sodré, de forma semelhante a Jaguaribe, vê o próprio processo de desenvolvimento como a base do processo revolucionário, já que as forças produtivas capitalistas trazem aos grupos burgueses nacionais e também ao proletariado a capacidade de denunciar, contestar, organizar-se e destruir a velha estrutura e a ordem econômica coloniais. Ademais, as forças produtivas burguesas vão impondo novas relações de produção que inviabilizam a permanência do *status quo* anterior a 30. O conceito de revolução do autor remete, de um lado, à liquidação do poder e da hegemonia das classes latifundiárias e do imperialismo, quando reforçam o colonialismo e bloqueiam a formação da economia nacional; e, de outro, à constituição de um capitalismo em bases nacionais.

Sodré também observa que, em que pese o declínio de poder do latifúndio, sua hegemonia prosseguia, desde os anos 30, recebendo apoio do imperialismo e de parcelas da própria burguesia vinculadas ao comércio externo, ao mesmo tempo em que ia fazendo reformas internas parciais. O imperialismo jogava com essas duas classes, tanto a velha do latifúndio como a fração mercantil da burguesia, oferecendo vantagens econômicas a ambas na associação. Ainda,

Estudos de Sociologia

segundo Sodré, do ponto de vista interno o conflito entre as classes dominantes, ao longo dos anos 30, caminhava para uma solução de “arranjo” ou compromisso, à medida que o latifúndio ia sendo forçado a dividir o poder com as classes emergentes. Outrossim, o sistema de poder de Vargas fazia reformas na estrutura produtiva e no próprio setor agrário¹¹. Em síntese, a modernização ocorrida no país, com a expansão das forças produtivas capazes de dar suporte à revolução brasileira, se dá lado a lado com a resistência do latifúndio hegemônico.

Interpretando o período pós-revolução de 30, Sodré apresenta duas teses fecundas. A primeira, de que Vargas fizera uma revolução burguesa, não democrática, “sem o proletariado”. A segunda, qualificando a primeira, de que o desenvolvimento brasileiro pontifica um desenvolvimento ao “modo prussiano”, com a presença do imperialismo.

A primeira tese revela que as classes dominantes internas foram capazes de fazer uma aliança tácita para barrar qualquer possibilidade de um movimento popular, vindo de baixo. Tal arranjo é feito pelo Estado e se consolida na ditadura de Vargas. A tese de Sodré pode ser aproximada dos argumentos de Barrington Moore, que assinala o fato de que quando, no processo de modernização, as velhas e novas classes dominantes se unem contra os trabalhadores urbanos e rurais o resultado pode ser favorável ao capitalismo, mas não à democracia. Deste modo, duas características do processo brasileiro definem uma via não-clássica de revolução burguesa de Vargas: ausência do proletariado e presença do imperialismo¹². Outra diferença, no registro de Sodré, é a de que o “fascismo” aqui não consolida uma burguesia já estruturada, como nos centros capitalistas, mas serve para dar início ao seu processo de formação.

Sodré, inspirado em certo iluminismo das forças produtivas (recorde-se o papel da industrialização como elemento transformador da sociedade), diz que as contradições sociais abafadas por Vargas, à medida que as forças produtivas se expandem com maior intensidade a partir do próprio Estado Novo, clamam

Virgilio Roma de Oliveira Filho

por expressão, culminando por se colocar em conflito com velhas relações sociais de produção e com a própria estrutura de poder, próximo aos anos 50. Tal impulsão, que segundo Sodré é calcada no crescimento da indústria de base, questiona depois o tipo de poder da ditadura de Vargas porque, ademais, o setor industrial, ao se diversificar, antagoniza-se com as formas pretéritas de Estado e de pacto conservador estadonovista. Ele assinala que as forças da capitalização avançaram e já não podem mais ser detidas. Há grande alcance nessa colocação singular de Sodré sobre originar-se na indústria pesada a contradição que viria destruir o tipo presente de capitalismo brasileiro e o pacto montado por Vargas.¹³

A revolução brasileira, no projeto isebiano e comunista que Sodré incorpora, é uma revolução pacífica que desponta como estratégia adequada àquele momento, ou uma “revolução possível”, como queria Vieira Pinto. Sodré tem na idéia de “reforma-revolução” a condição para reverter o estatuto colonial e superar as relações de produção atrasadas. Tais reformas afetariam a estrutura de poder e seriam de natureza política e institucional, sendo capazes de afastar do poder as velhas classes conservadoras e o imperialismo. Para Sodré, o processo de revolução é historicamente determinado e deve respeitar a correlação de forças do momento. Estas apontavam para uma outra diferença em relação às “revoluções burguesas clássicas”, no que tange à hegemonia e à liderança do processo. No nosso caso, em virtude da incapacidade de um setor exercer a hegemonia, dada a fraqueza da burguesia, era importante a união de todas as classes progressistas com a burguesia como forma de quebrar a hegemonia do latifúndio. Em seu projeto, cabe à vanguarda do povo e à *intelligentsia* liderar a revolução brasileira, através do nacionalismo. Sodré, concordando com Jaguaribe, observa que aqui a fraqueza da burguesia e a falta de uma nítida diferenciação de classes delimitam um projeto que naquele momento só podia se desenvolver em moldes capitalistas e através de uma frente pluriclassista.

Assinala Sodré que onde existe a presença de uma burguesia colonial, que é por definição diferente da européia, abre-se a

Estudos de Sociologia

perspectiva de uma via reformista de revolução de caráter nacional. Criticando a radicalização da pequena burguesia e de grupos de classe média urbana ocorrida nos anos 60, bem como os críticos do reformismo nacionalista, o autor condena a proposta de se queimar etapas num país como o Brasil, onde existe uma burguesia e uma capitalização em curso, as quais devem ser mantidas e estimuladas (Sodré, 1967 e 1978). A burguesia nacional, segundo ele, tem interesse no desenvolvimento em bases nacionais e pode resistir ao imperialismo e apoiar ações corretivas do Estado, em particular na política econômica e na realização do planejamento. Portanto, dever-se-ia apostar numa burguesia como aliada na revolução nacional e manter-se a revolução brasileira dentro de duas etapas: primeiro, a reforma de estruturas - ou, como chama Sodré, a “reforma-revolução” - e, somente depois, a revolução socialista (Sodré, 1967).

A fraqueza da burguesia, constatada por Sodré, ou sua incompetência vinda de alianças e comportamentos equivocados, segundo Jaguaribe, faz com que as classes fundamentais da revolução nacional, a saber, pequena burguesia, proletariado e campesinato, se unam na luta antiimperialista e antifeudal, formando uma ampla frente nacionalista e democrática. Sodré frisa que na etapa em curso somente uma ampla aliança de todas as classes progressistas reverteria o estatuto feudal do monopólio da terra e das relações servis, assim como a penetração imperialista, permitindo a apropriação do Estado pelas forças progressistas. A burguesia se torna, assim, um aliado importante da revolução nacional porque, apesar de ter um conflito com a classe trabalhadora, a contradição que a “esmaga” é com o imperialismo. A substituição das velhas forças econômicas e políticas efetuadas pelo bloco moderno, por ter no seu interior contradições de classes (burguesia x proletariado) e interclasses (burguesia comercial x burguesia industrial; grande x pequena burguesia), implica a consolidação da legalidade democrática como forma de se deixar aflorar os conflitos (permitindo que se apresente a “resistência dos grupos explorados”) e resolvê-los (idem:401).

Virgilio Roma de Oliveira Filho

Se, em Jaguaribe, após a revolução nacional é necessário trazer à tona os conflitos sociais, sem que haja por parte do autor uma explicitação de como, afinal, seriam resolvidos, em Sodré há um desejo de exarcebação desses conflitos para sua resolução. Guiando-se pela crença da racionalidade capitalista, Jaguaribe entende que tais conflitos emergiriam e seriam equacionados pela negociação interpartes, tal como no capitalismo avançado. Sodré, concordando com parte da tese, coloca o processo democrático como solução necessária desse conflito, inclusive já durante o processo de revolução nacional, tendo ainda em mente a sociedade comunista.¹⁴

Quanto ao papel do nacionalismo como suporte da revolução brasileira, Sodré lhe atribui uma dimensão de movimento político e não apenas dimensão ideológica, como em Jaguaribe. Seu nacionalismo ancora-se no amadurecimento da capitalização nacional e na tomada de consciência dos problemas brasileiros por parte do povo e das classes progressistas. Como Jaguaribe, Sodré também crê que o nacionalismo dê os suportes para concluir a revolução iniciada nos anos 30 (Sodré, 1959:28). Diferentemente de Jaguaribe, o nacionalismo ganha papel central e radicalizado no seu pensamento, pois Sodré considera “as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento” (idem:35). Acresce ainda que o imperialismo com suas ramificações internas mantinha o atraso do país através dos “remanescentes feudais”. O nacionalismo apresenta-se como “libertação” dos povos coloniais, devendo ser situado como verdade histórica e concreta, nisto fazendo lembrar a insistência de Lênin na valorização da concretude dos fatos e na definição da questão agrária como questão nacional. Esse nacionalismo de Sodré atribui à industrialização um caráter de afirmação da nacionalidade que não está presente em *O Manifesto Comunista*, até porque Marx e Engels supunham que a indústria não mais se sustentava em bases nacionais (mundialização - V.R.).

Num primeiro momento, a idéia de nacionalismo de Sodré é de luta política e implica a formação da consciência das classes em

Estudos de Sociologia

ascensão, vinculadas à industrialização, através da práxis e da organização da sociedade. O nacionalismo de Sodré tem como meta, nessa fase de seu pensamento, unir as classes sociais, adiando o conflito capital-trabalho para uma fase posterior. Segundo suas palavras, o nacionalismo “é o imperativo de superar (no sentido de “trégua”, como ele próprio sugere em outras partes de seus textos - V.R.) a contradição entre burguesia nacional e a classe trabalhadora”. Esse tipo de conciliação de classes é sua “expressão oportuna” (idem:37). Por fim, ele é a forma de “superar” o que existe de natureza colonial, permitindo ao país expressar-se como nação. Aqui o autor aproxima-se dos parâmetros isebianos que propugnavam uma “revolução possível” (Vieira Pinto), sem as “irremediáveis lutas de classes” (Jaguaribe).

Apesar da semelhança com a proposta isebiana de uma composição pluriclassista, Sodré defende que a frente nacionalista popular seja sustentáculo e dirigente da revolução brasileira. Seu projeto não padece do “elitismo” isebiano, já que não atribui à *intelligentsia* e sim às massas um papel de relevo. A engenharia de seu nacionalismo difere do projeto de Jaguaribe: enquanto este apresenta criatividade na concepção de mecanismos superestruturais de gestão, planejamento e racionalidade, bem como no papel da *intelligentsia*, Sodré submete seu projeto a diretrizes democráticas impregnadas de uma atuação ativa das massas e da “vanguarda do povo”. Ele enxerga o nacionalismo como um movimento político mobilizador de massas, de caráter nacional-popular, sem atribuir a grupos de elite a hegemonia no processo de revolução. Seu projeto é mais abrangente, embora ostentando uma natureza jacobina e popular.¹⁵ Percebo, implícita na visão de Sodré sobre a questão da hegemonia, uma crença no partido operário como elo de ligação entre o povo e a vanguarda (Sodré, 1967). Ele também se identifica com as teses de Lênin que encaram a revolução democrática burguesa como etapa para o socialismo, validando sua tese, no caso brasileiro, pela existência de forte estrutura feudal e colonialismo ainda vigentes. Como já dito, Sodré defende, com os demais isebianos, uma revolução nacional, pacífica, “por degraus”

Virgílio Roma de Oliveira Filho

- como chega a dizer - como etapa para o socialismo. Essas posições claramente explicam sua identificação com o ISEB e o porquê de ter eleito a instituição como sua trincheira de luta, embora em outro aspecto venha a divergir do ISEB, quando afirma que a revolução não deveria parar no estágio de capitalismo nacional.

Outra diferença de Sodré com relação ao nacionalismo de Jaguaribe refere-se à ideologização do nacionalismo, que ganha corpo no pensamento deste último. Do ponto de vista de Sodré, a ideologia, por ser captada num prisma marxista, revelaria todos os problemas de uma representação ideológica, levando o autor a uma posição de aceitação crítica do nacionalismo. A não superação dessa aparente divergência, longe de ser uma contradição, é a forma de Sodré aceitar que naquele momento histórico o nacionalismo, como movimento político e, naturalmente, ideológico, se justificava por ser a forma mais adequada de combater a dominação imperialista e reverter o quadro do colonialismo, principal contradição do momento.¹⁶

E muito mais do que isso: especialmente na sua obra madura, no nacionalismo de Sodré a democracia é entendida como forma de superar as próprias contradições antagônicas do bloco progressista. Ela tem ainda o poder de adequar o avanço das forças produtivas que modificam inapelavelmente as velhas relações de produção. A emancipação nacional, como “empresa de todo o povo”, deve ser acompanhada de uma ação prática, política, que contemple a manutenção e a ampliação do regime democrático. Com base em sua larga vivência histórica, presenciando vários ataques ao regime democrático, Sodré alerta para a resistência que o imperialismo e as forças conservadoras opõem ao processo democrático. Deve-se reconhecer que a defesa intransigente do regime democrático e do nacionalismo pluriclassista por parte de Sodré poderia aproximá-lo pioneiramente de um projeto socialista na linha do eurocomunismo (Paulo Neto, 1991).

A questão da democracia é vital no seu projeto. Se Jaguaribe passava de um modelo (aparente) de revolução burguesa clássica para outro explicitamente bismarckiano, Sodré, que também

Estudos de Sociologia

percebera um desenvolvimento prussiano no Brasil, defende a formação de uma frente comum, nacional, popular e democrática, como forma de “sustentar” a burguesia na revolução nacional e reverter aquele “prussianismo” da formação brasileira (Sodré, 1979). Valorizando as massas populares, o autor reconhece, como Vieira Pinto, que a vanguarda do povo faria o trabalho de educá-las e treiná-las. A práxis desempenharia, como para os demais isebianos, um papel decisivo no projeto de Sodré. A sua diferença marcante é que ele coloca como condição que a burguesia não se aproprie sozinha dos frutos da revolução nacional. Em suma, em Sodré a revolução nacional implica uma luta contra o latifúndio e o imperialismo. Em seu bojo, uma frente democrática e nacionalista, de âmbito pluriclassista, operando de baixo para cima, de dentro da sociedade civil, definiria a revolução brasileira não como “tarefa conspirativa”, mas como a luta de todo o povo dentro do regime democrático.

Consciência e transformação

Os autores oferecem relevante contribuição para o entendimento dos entraves ao desenvolvimento brasileiro, em diversos aspectos. Na economia, assinalam a falta de mercado interno consumidor, uma estrutura agrária ineficiente, disparidades regionais e setoriais, e relações de produção pré-capitalistas “servis” no campo. No aspecto social, Jaguaribe denuncia a conduta mercantil, especulativa e parasitária das classes sociais, em especial da burguesia. No plano político, questionam a natureza do Estado brasileiro - visto por Jaguaribe como disfuncional e improdutivo e acusado por Sodré de não-industrialista nem voltado para dentro - estando, portanto, para eles, incompatível com os requisitos do desenvolvimentismo. No tocante aos aspectos histórico e político-ideológico, ambos apontam a hegemonia, ainda prevalecente, das elites agrárias no poder político, mantendo o estatuto colonial, periférico e agroexportador.

Virgilio Roma de Oliveira Filho

A originalidade de seus projetos se evidencia na forma não-economicista de propor o enfrentamento do subdesenvolvimento, acreditando na industrialização como primeira condição para sua superação. Indo além dos marcos cepalinos, sustentam que a ruptura do subdesenvolvimento requer forte trabalho de conscientização, seja ele apoiado na mobilização das classes progressistas e na intervenção de natureza política e ideológica - de “política ideológica”, como quer Jaguaribe -, seja com apoio de um movimento político e de massas, como insiste Sodré. Na raiz da formação da consciência crítica da realidade brasileira, idéia-força dos isebianos, está o nacionalismo como ideologia autêntica e representativa, especialmente para Jaguaribe e Alvaro Vieira Pinto, ou como instrumento de mobilização por sua força histórica, para Sodré. Outro pilar de seus projetos seria a defesa de uma “frente comum”, iluminada pela teoria e pelo saber racional (Jaguaribe) e pela política de conteúdo de democracia popular (Sodré).

Os isebianos vêem a revolução brasileira como “ato de vontade”, o que não significando voluntarismo mas uma supremacia dos parâmetros ideológicos, porque percebem a capacidade transformadora da ideologia, pelos intelectuais, resgatando a tradição leninista de intelectual que traz de fora - no caso de Lênin, de fora do movimento operário - a consciência verdadeiramente revolucionária. Os isebianos recusam o espontaneísmo, o voluntarismo e o economicismo, tão duramente combatidos por Lênin: incorporam dele a tese da necessidade da teoria como condição para a transformação da realidade (Vieira Pinto). Inclusive, em Jaguaribe existe a proposta de criação do partido do desenvolvimento e, em Sodré, está implícita a idéia de uma vanguarda de conteúdo jacobino. Para ambos, os intelectuais e o partido funcionam mas especialmente para Jaguaribe, como uma *intelligentsia*, no sentido revolucionário que lhe atribui Pipes (1995), já que eles seriam decisivos para a implantação política, social e ideológica do capitalismo nacional e endógeno que viria substituir a velha economia periférica agroexportadora e subdesenvolvida, o que os isebianos, Sodré inclusive, chamam de

Estudos de Sociologia

revolução nacional. Ademais, os dois autores captam da dialética marxista a visão de que as forças produtivas avançam e vão trazendo com elas novas relações de produção, mas acrescentam - indo na direção de Lênin - que somente a práxis permitiria a concretização das mudanças necessárias.

Ainda tentando entender o sentido que a revolução nacional tem para os isebianos, acredito ser interessante a conceituação de revolução passiva de que Werneck Vianna (1997) se utiliza para entender o pensamento comunista nos anos 50. Segundo esse autor, os comunistas teriam levado em conta a natureza de “revolução pelo alto” do projeto de modernização pós-30 (Vianna, 1997). Observo que aqueles nossos autores concebem o projeto nacionalista como frente ampla, percebendo a incapacidade da burguesia para liderar de forma ativa a revolução brasileira, ainda que, cada um a seu modo, ressaltando sua importância. Jaguaribe vê no partido do desenvolvimento, e na *intelligentsia*, o extrato intermediário capaz de fazer o trabalho germinador dos intelectuais e que operaria a transformação da sociedade, criando a racionalidade do novo Estado modernizador. Já em Sodré, que vê o processo de 30 como uma “revolução burguesa sem o proletariado”, tal mobilização de frente única liderada pela vanguarda do partido junto às massas populares (práxis), aglutinadas pelo nacionalismo, se dá num processo democrático, mas sem rupturas com o capitalismo em formação. Enquanto Jaguaribe se empenha nos parâmetros da construção do bloco moderno, o modelo de Sodré lembra muito a crítica de Gramsci sobre o *Risorgimento* no qual, segundo ele, as massas ficaram excluídas limitando a modernização italiana. Sodré defende que a modernização burguesa daqueles anos 50 tenha um conteúdo nacional e popular. Por seu lado, Jaguaribe incensa a liderança da burguesia como forma de se evitar um poder estatal desmedido.

Comparando a aliança pluriclassista dos dois autores à luz de uma perspectiva histórica, vejo que a proposta de Sodré de uma frente ampla é mais consonante com a organização crescente da sociedade civil que ora já se verifica. Os autores viveram um tempo no qual a sociedade civil brasileira não estava politicamente

Virgílio Roma de Oliveira Filho

organizada e quando ainda se justificava a expressão isebiana de “país sem povo”. No entanto, Sodré vislumbrou e apostou numa sociedade civil mobilizada de forma democrática, capaz de trazer mudanças que nos dariam condições para enfrentar um capitalismo excludente e exógeno. Uma frente democrática pluriclassista atuando de baixo para cima configura-se, ainda hoje, como a grande via de resistência ao esmagamento imposto pelo projeto neoliberal.

NOTAS

¹ Utilizo como referência desta abordagem, principalmente, a de Barrington Moore (1983).

² O ISEB, criado durante o governo Juscelino Kubitschek, tinha como finalidade promover estudos e formular um pensamento que tanto orientasse a ação do governo quanto fomentasse debates sobre os possíveis rumos políticos do país. Destacam-se, na sua fundação, pensadores e cientistas sociais como Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Alvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Celso Furtado, Cândido Mendes e Roland Corbisier.

³ O IBESP, conhecido como Grupo de Itatiaia, reunia os intelectuais que mais tarde fundariam o ISEB.

⁴ Sodré, em 1978, respondendo a Toledo sobre sua identificação ao ISEB, afirma não ser veiculador da ideologia do desenvolvimento, nem tampouco aceitar o existencialismo, e que seu dualismo ia além do isebiano, já que este se restringia a uma polaridade entre o velho e o novo. Segundo suas palavras: “nunca resumi a análise da sociedade brasileira em “setores tradicionais e modernos” (Sodré, 1978:150). Mas ao acreditar nas forças do capitalismo brasileiro se identificava com o projeto isebiano. Diz ele ainda que: “há uma capitalização nacional, há uma indústria nacional, há uma burguesia nacional. Esse era o nosso pensamento no ISEB e isso é que nos unia, sendo tão diversos” (idem). Na minha opinião sua ruptura com o isebianismo somente viria com sua obra de 1962, *Formação Histórica do Brasil*.

⁵ Note-se que Sodré, de forma correta, não fala em acumulação de capital na fase colonial. Creio que isso se deva à noção isebiana, por ele também utilizada, de que a acumulação de capital se processava no exterior (exogenia), aqui ocorrendo somente uma acumulação de riqueza. Distanciando-se dos isebianos, entretanto, diz que o objetivo da colonização era servir à acumulação primitiva do capital, nos marcos do mercantilismo e não de um capitalismo comercial. Em resumo, a grande propriedade escravista travava o progresso material da sociedade, traduzindo-se por atividades predatórias, desvinculadas dos produtores e da sociedade e que não definiam uma agricultura de “atividade normal”. Afasta-se teoricamente de Caio Prado Jr., observando que a colonização define um escravismo colonial, como fomento à acumulação primitiva de capital mas não a um capitalismo comercial, como queria este último.

Estudos de Sociologia

⁶ Para o isebiano Rangel (1957), a agricultura tem duas linhas de crescimento, uma interna e outra externa ao latifúndio, expressando-se por dois pólos: interno e externo. Verifica-se uma dualidade, já que o latifúndio tem dois modos de produção: é internamente feudal e externamente capitalista. Para Passos Guimarães (1968), a dualidade se apresenta pela não sintonia entre as forças produtivas e as relações de produção. Segundo Guimarães a grande propriedade, estando baseada em relações de produção pré-capitalistas, se alinha com o modo de produção escravista colonial, e mais tarde feudal. O modo de produção feudal se apresenta hegemônico em virtude do monopólio da terra e da dinâmica das forças produtivas. Contrapondo-se a ele há um lado externo do latifúndio que, em virtude de ter relações com o mercado externo, é mais eficiente. Em resumo, a dualidade do latifúndio se apresenta, no enfoque marxista e no isebiano, com dupla face ou duas dinâmicas: de relações de produção internas/feudais/atrasadas e de relações externas/modernas/capitalistas.

⁷ Nos anos 30 a burguesia é mais importante como classe social, em virtude da industrialização, embora não tenha forças para quebrar o poder do latifúndio. Este setor, ainda que sem força econômica, é capaz de exercer hegemonia política devido à preservação da importância da exportação como geradora de capacidade para importar. Sodré, entretanto, reconhece a importância da ascensão capitalista e da emergência de novas forças produtivas burguesas como capazes de questionar as velhas relações de produção, dando início ao processo que define como revolução brasileira.

⁸ Nas palavras de Sodré: “a estrutura da sociedade brasileira reflete a etapa que vamos atravessando. Nela aparecem os latifundiários como a mais velha das classes, que detiveram o poder político por longo tempo e hoje o partilham com a burguesia, vivendo da renda da terra e encarnando as relações de produção mais atrasadas, que entravam a expansão das forças produtivas, ligando-se ao imperialismo pelos laços do comércio exterior e dos empréstimos externos feitos na maioria em seu benefício” (Sodré, 1979:399).

⁹ Ao retratar a gravosidade das relações sociais brasileiras através da existência de relações atrasadas e servis em paralelo à penetração de relações capitalistas, Sodré apresenta uma visão diversa em relação à de Caio Prado Jr. A tese caiopradiana de que sempre tivemos no campo um capitalismo de forma completa, a partir do assalariamento, encobre mais do que revela as mazelas sociais brasileiras. Sodré observa no seu *Formação Histórica do Brasil* que nem todo trabalho livre é assalariado, podendo evoluir para formas feudais ou pré-capitalistas, num argumento importante para o estudo das relações de trabalho no campo. Ambos, Sodré e Prado, convergem, no entanto, quando entendem que a pequena produção é mais eficiente do que a grande propriedade. Segue-se que Sodré defende a generalização de relações capitalistas no campo e um projeto de reforma agrária radical. Já Prado Jr. (1966) defende a modernização, ou reformas numa estrutura agrária já capitalista.

¹⁰ Como se sabe, Gramsci (1968) assinala que os grupos revolucionários da Itália não souberam capturar o jacobinismo presente nos grupos sociais no *Risorgimento*, que fora tão importante na Revolução Francesa.

¹¹ A respeito dessa modernização, ver Teixeira da Silva e Linhares: *A Terra Prometida*, Rio de Janeiro, Editora Campos, 1998. Quando se refere ao prussianismo como o processo brasileiro de modernização, Sodré evoca um “estudioso” que, segundo Raimundo San-

Virgilio Roma de Oliveira Filho

tos, certamente seria Lênin, dando a entender que os próprios proprietários efetuaram tal processo. Santos diz ainda que Sodré não tirou maiores conclusões de seu *insight* original. Ver Santos (1996).

¹² Sodré assinala, contudo, ter ocorrido no período uma certa trégua na pressão imperialista, tendo Vargas sabido tirar proveito da divisão do imperialismo. Salienta o esforço industrializante de Vargas e seus projetos nacionais.

¹³ Na verdade, não se pode pensar em capitalismo sem um núcleo fundamental de bens de produção. Numa economia periférica grandes eram os obstáculos para o desenvolvimento de uma indústria de base, especialmente a falta de capital e a existência de uma indústria já montada pelo capital estrangeiro. Só havia duas saídas para a indústria nacional pesada: investimento estatal e/ou financiamento externo. Sodré aceita e defende somente a primeira alternativa. Jaguaribe aceita as duas. A história tornou vitoriosa a tese de Jaguaribe, já que houve uma associação bem-sucedida entre o Estado e o capital estrangeiro em alguns setores da indústria de base.

¹⁴ José Paulo Neto (1991) chama a atenção para a importância da questão da democracia em Sodré. Raimundo Santos também tem realçado a relação entre capitalismo e democracia na obra de Sodré, como tema do pensamento político do PCB (Santos, 1996).

¹⁵ Ainda que plenamente identificado às diretrizes pecebistas da *Declaração de 58*, Sodré não coloca o proletariado como dirigente da revolução brasileira.

¹⁶ Toledo observou os problemas do nacionalismo de Sodré, dizendo que o autor se move numa perspectiva marxista e entende ideologia como “falsa consciência”. Segundo ele, a solução de Sodré foi condenar a representação ideológica - à exceção do nacionalismo, válido naquele momento histórico. Sodré responde a Toledo em 1978, afirmando que deve ser considerado um pensador marxista e que vê o nacionalismo diferentemente dos isebianos. Para ele, a validade do nacionalismo residia em seu poder político e sua força mobilizadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRINGTON MOORE Jr. *As Origens da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução buguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. *El Ressorgimento*. Buenos Aires, Ed. Granica, 1976.

Estudos de Sociologia

- JAGUARIBE, Hélio. *A Filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1952.
- _____. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.
- _____. *O Nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958b.
- _____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- MARX, Karl e ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. 2.ed. Introdução de Marco Aurélio Nogueira. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MORAES, Reginaldo. *O Subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL*. São Paulo, Ática, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco. *Questionando a economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1976.
- OLIVEIRA FILHO Virgílio Roma de, *Dualidade e Revolução no pensamento isebiano. As visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, CPDA, UFRRJ,1999.
- PINTO, Alvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- _____. *Consciência e Realidade Nacional* : Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- PIPES, Richard. *História concisa da revolução russa*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- SANTOS, Raimundo. *Modernização e política*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. *Raízes históricas do nacionalismo*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- _____. *A Luta ideológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (Temas de Ciências Humanas, 3).
- _____. *Formação histórica do Brasil*. 14.ed., São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *História da burguesia brasileira*. 3.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Virgilio Roma de Oliveira Filho

_____. *História do ISEB*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.

_____. *A Revolução burguesa brasileira*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

_____. *O Naturalismo no Brasil*. Apresent. de José Paulo Neto. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de ideologia*. São Paulo: Ática, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

RESUMO: Neste artigo faço uma análise comparativa de dois expoentes do pensamento desenvolvimentista dos anos 50: Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. A produção desses dois autores foi veiculada através do ISEB, instituição que elaborou a ideologia nacionalista, tida como suporte fundamental para a superação do subdesenvolvimento. Não é objetivo deste trabalho examinar o pensamento isebiano como um todo. Creio que a seleção de dois autores singulares - Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré - permite revisar algumas interpretações sobre as propostas isebianas de modernização e, ainda, a diversidade de parâmetros que norteiam suas noções de dualidade e revolução brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo, desenvolvimento, ideologia, Estado, revolução, dualismo, modernização, intelligentsia.

ABSTRACT: In this article I make a comparative analysis of two of the most prominent thinkers that belonged to the developmental thinking in the 50's : Helio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. Their writings were published ISEB, an institution which elaborated the nationalistic ideology known as the fundamental support for the surpassing of underdevelopment. It is not our goal to examine the thought underlying ISEB . I think that the choice of these two important authors – Jaguaribe and Werneck – allows us to revise some of the interpretations of the modern propositions of ISEB and yet the diversity of parameters which direct their/its notion of duality and Brazilian revolution.

KEYWORDS: Nationalism, development, ideology, State, revolution, dualism, modernization, intelligentsia.